



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL, PESQUISA HISTÓRICA E PARTICULARIDADES DA PROFISSÃO NO TJRJ

ANDREIA CRISTINA ALVES PEQUENO ¹
MARIA APARECIDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo abordar a temática da pesquisa como dimensão constituinte da intervenção profissional, com destaque para a relevância da pesquisa histórica como instrumento crucial para revelar elementos sobre a gênese e trajetória da profissão. E, neste sentido, apresentar o projeto de pesquisa “O Serviço Social na história: particularidades das elaborações profissionais no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”, que está sendo desenvolvido por um grupo de assistentes sociais e estagiários da instituição com a assessoria de uma acadêmica da ESS/UFF, trazendo as primeiras apreensões acerca do estudo.

Palavras-chave: Serviço Social; História; Produção de Conhecimento; Pesquisa, Poder Judiciário

¹ Profissional de Serviço Social. Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro

ABSTRACT

The present work aims to approach the theme of research as a constituent dimension of professional intervention, with emphasis on the relevance of historical research as a crucial instrument to reveal elements about the genesis and trajectory of the profession. And, in this sense, present the research project "The Social Service in history: particularities of professional elaborations in the Court of Justice of Rio de Janeiro", which is being developed by a group of social workers and interns of the institution with the advice of an ess/uff academic, bringing the first concerns about the study.

Keywords: Social Work; History; Knowledge Production; Research, Judiciary

1 - INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão relativamente recente no berçário de surgimento de tantas especializações presentes no mundo do trabalho. Ao longo de sua caminhada, a profissão vem definindo e redefinindo seu modo de operar, suas bases teóricas, seus compromissos éticos. Apresentada como uma profissão de natureza interventiva, a partir dos anos 1970, ao incorporar a dimensão investigativa como elemento crucial o que enseja compreender a pesquisa como constituinte do trabalho profissional.

A pesquisa hoje é um compromisso do Serviço Social, incorporada no processo de

formação profissional desde a graduação, após a reforma curricular que ensejou a unidade entre a tríade ensino – pesquisa – extensão. E tem suporte também na ética profissional quando registrado, em 1993, no Código de Ética do Assistente Social como direito do profissional ter “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos” (art. 2º, alínea i). E ainda é firmado no artigo 5º o dever do profissional, nos seguintes termos das alíneas “d” e “e”:

“d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;”

A importância da pesquisa torna-se inconteste, incorporada na esfera da formação profissional e estimulada na dinâmica da intervenção profissional, possibilitando à profissão ocupar lugar no universo da produção do conhecimento. Esta produção também pode e deve versar sobre a gênese e trajetória da própria profissão, cujos contornos provavelmente estão recheados de particularidades históricas na constituição de cada curso de Serviço Social no território nacional, bem como no ingresso e permanência da profissão em cada cenário institucional para efetivar o atendimento à população.

Gradativamente ocupando espaço em uma diversidade de instituições, é importante conhecer melhor o que inicialmente ensejou a presença dos assistentes sociais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, como a profissão se institui na organização institucional, como se estabelecem as relações e as articulações intra e extra institucionais, que demandas têm sido apresentadas a estes profissionais, e que respostas os mesmos tem sido capazes de fornecer para assegurar a permanência da profissão ao longo de todas estas décadas no Judiciário.

Conhecer a história do Serviço Social não se trata apenas de responder à curiosidades, mas oportuniza compreender como, na dinâmica da vida social e num permanente contexto de forte hierarquia institucional, de diferentes disputas políticas

internas e externas à profissão e em diferentes conjunturas, os assistentes sociais teceram suas teias de articulações e estratégias para expandir o cenário de intervenção e consolidar o Serviço Social, legitimando sua intervenção para o Poder Judiciário e para a população atendida.

2 – SERVIÇO SOCIAL E PESQUISA HISTÓRICA

No Brasil, o Serviço Social é gestado como uma das especializações do mundo do trabalho na década de 1930, em um contexto histórico de modernização e desenvolvimento do capitalismo marcado por importantes conflitos inerentes à relação capital-trabalho. A profissão oportunizou ao Estado ampliar suas respostas às demandas dos trabalhadores para além de medidas coercitivas e policiais, instituindo políticas e serviços que desenham uma face de intervenção estatal profissionalizada, que responde às necessidades das classes trabalhadoras com serviços e políticas.

Embora, inicialmente, o Serviço Social tenha sustentado sua formação e sua intervenção em pilares de base cristã que desenhou uma atuação de natureza caritativa e assistencialista, ao longo do tempo a profissão foi alterando sua conformação.

A aproximação com o Serviço Social norte-americano favorece a incorporação de teorias de base conservadora e a profissão em seu processo de renovação institui uma intervenção de perspectiva funcionalista, de caráter burocrático e tecnicista, que adota procedimentos formais para ofertar respostas às demandas que lhes são apresentadas.

Consolidado como profissão, o Serviço Social tem seus profissionais inseridos em diversificados espaços institucionais executando políticas públicas também diferenciadas, o que possibilita colher a legitimidade à profissão. Mas, sobretudo, possibilitou uma interlocução com diferentes áreas do saber, o que permitiu aos assistentes sociais uma aproximação e, posterior, vinculação com a produção teórica de Marx. O contato com as bases teóricas marxistas favorece um movimento

profissional de crítica aos contornos profissionais adotados de rompimento com as bases tradicionalistas e conservadoras até então hegemônicas no Serviço Social. Nesta caminhada conquista hegemonia um novo desenho de profissão denominado por projeto ético-político cujo compromisso está claramente firmado no Código de Ética Profissional de 1993.

Este novo desenho de profissão enseja a revisão do conteúdo da formação profissional com a revisão do currículo que em 1982 incorpora a pesquisa como matéria básica na graduação. Posteriormente, tem-se a adoção de diretrizes básicas para a formação profissional instituídas pela entidade de referência da categoria, ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Com este novo projeto de formação profissional, a pesquisa se constitui como elemento relevante para a profissão, seja no momento da formação, compondo a tríade indissociável ensino-pesquisa-extensão, seja na dinâmica da intervenção profissional.

Assim, a formação do assistente social busca lapidar um profissional com competência teórico-metodológica e ético-política e capacitado não somente para a intervenção, mas comprometido com o desvelar das ocorrências presentes no seu cotidiano laborativo, comprometido com a análise destas ocorrências para fomentar a produção de conhecimentos que desnudem os elementos da vida social, mas que também possibilite à profissão de auto-alimentar.

“O Serviço Social como profissão sócio-histórica tem em sua natureza a pesquisa como meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento. Ao mesmo tempo em que se coloca como uma possibilidade de objetivação da prática profissional, a pesquisa representa um desafio permanente para os profissionais que pretendem ser críticos e propositivos no atual cenário nacional e e relação ao processo de formação profissional”.(BOURGUIGNON, 2007: p.49)

A profissão firma compromisso com o processo de construção do conhecimento, o qual não deve mais estar restrito aos muros universitários, mas deve contar com o empenho também dos assistentes sociais que estão no chão das diferentes instituições, onde possuem a oportunidade de um íntimo encontro com a realidade da classe trabalhadora, das rotinas e interesses institucionais, lócus privilegiado de contato com as expressões da questão social.

“A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Apesar da nossa recente tradição em pesquisa e do recorrente viés empirista e epistemologista que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão dela nos últimos anos e um também significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista” (GUERRA, 2009: p.702).

Os tempos históricos de trajetória da profissão são marcados por desafios na preservação de conquistas de direitos diante de um contexto atingido por crises, desigualdade e resistências. Um contexto que, na atualidade, vem sendo agravado por uma onda de retrocesso conservador, na direção de favorecimento dos interesses do capital.

Um tempo marcado pela militarização do poder executivo e que se espraiou pelos demais poderes, destruindo direitos e defendendo a privatização de empresas públicas e serviços essenciais (saúde, educação, previdência). Um tempo onde se amplia a criminalização dos pobres, negros, jovens e trabalhadores -, que convoca à defesa dos direitos humanos, da democracia. Neste sentido, “

Elucidar as “constelações que ligam o presente e o passado” é um movimento fundamental tanto para compreender o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas; e para recriar, no tempo presente, a práxis de enfrentamento às ameaças aos direitos civis, políticos e sociais, aos direitos humanos, à razão crítica, à liberdade de pensamento e de informação, à vida universitária em suas funções precípuas: ensino, pesquisa e extensão. (Iamamoto, 2019: 440)

O exercício profissional se materializa entre interesses opostos e contraditórios das classes sociais. Atua junto aos mecanismos de exploração, controle e dominação, ao mesmo tempo realiza atividades, de respostas institucionais às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras. A tal se soma a precariedade dos vínculos empregatícios informais, que fragilizam o fazer profissional e o acesso a direitos trabalhistas essenciais à reprodução dos trabalhadores.

Esses tempos adversos exigem dos assistentes sociais recriar seu trabalho considerando tanto sua contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais de qualidade a partir de políticas públicas, quanto sua dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais. (idem: 457)

A conjuntura contemporânea vem afetando a vida dos trabalhadores em geral e dos assistentes sociais, influenciando nos baixos salários e aumento do desemprego. No que

tange ao Serviço Social, os profissionais, além da ingerência nas condições e vínculos de trabalho, bem como, nas suas atribuições, cujas demandas postas pelos empregadores indicam: cobranças de produtividade, burocratização das ações, controle social e desvio de funções, que descaracterizam as atribuições da profissão. Situação que se faz presente também no espaço do TJRJ.

Embora o espaço do Judiciário tenha sido um dos primeiros a demandar a atuação de assistentes sociais, a produção do conhecimento ainda é tímida para os profissionais que atuam nesta área, havendo carência de textos que versem sobre a gênese da profissão e sobre as particularidades do exercício profissional na instituição, das requisições judiciárias e das demandas e problemáticas da população atendida.

Conhecer os contornos da materialização da profissão, o arcabouço teórico-ético-político que deu suporte às práticas instituídas a cada tempo histórico possibilita compreender como vem se desenhando a identidade profissional e a sustentação do projeto de profissão, inclusive, do atual hegemônico projeto ético-político do Serviço social.

Revisitar a história profissional é conhecer como os sujeitos construíram no cotidiano, nas condições possíveis e objetivas de cada tempo histórico e de cada contexto institucional, as bases concretas de edificação da profissão e do agir profissional. E Como registra COUTINHO (2011, p. 22): “o passado resgatado tem importância na medida em que diz aos interlocutores atuais alguma coisa sobre o presente e, dessa forma, permite uma ação voltada para o futuro.

Logo, não se trata apenas de resgatar o passado por mera curiosidade, se apenas saber o que se passou, trata-se de conhecer os construtos históricos arquitetados pelos profissionais na dinâmica das relações sociais e buscar compreender os desafios enfrentados e as respostas fornecidas pela categoria para se legitimar como uma especialidade presente num cenário institucional de supremacia de profissionais da área do Direito. Um desvelar de dados e de fatos históricos que permitem ler o passado, melhor entender o presente e elucubrar o futuro que se anuncia repleto de desafios e dificuldades no mundo do trabalho e na

sociedade brasileira.

É nesta direção que emerge a proposta de realização de uma pesquisa a respeito da atuação dos assistentes sociais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, instituição na qual os profissionais iniciam seu labor já na década de 1930, quando ainda estavam em curso os primeiros passos para o Serviço Social se edificar como profissão no contexto da, então, capital da República.

3 – A PESQUISA SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Transcorridas oito décadas desde a gênese e institucionalização da profissão, ainda são raros os trabalhos que buscam recuperar a trajetória da profissão no cenário do Judiciário, bem como os que priorizam desvendar as teias da trama sócio-política que possibilitou o ingresso do Serviço Social em um terreno dominado pela profissão do Direito e os contornos e requisições (e, por conseguinte, elaborações profissionais) que são intrínsecas ao trabalho dos assistentes sociais nesse processo. Nessa perspectiva, intencionando contribuir com a superação desta lacuna investigativa, um grupo de pesquisadores composto por profissionais (com vínculo ativo e aposentado) e estudantes (inseridos nas diversas unidades de formação profissional do Rio de Janeiro, de natureza pública e privada, que realizam estágio supervisionado no TJRJ e/ou pesquisam essa temática nos estudos de mestrado) ousou dar vida ao Projeto de Pesquisa “O Serviço Social na história: particularidades das elaborações profissionais no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”, ainda em execução.

Constituindo-se de uma pesquisa histórica, que tem como eixo medular a vinculação entre serviço social e história, a pesquisa dialoga com os acúmulos teóricos e políticos caucionados na profissão nas últimas quatro décadas e prioriza o desvelo das particularidades que são conferidas ao processamento político-institucional do

serviço social no TJRJ, contribuindo, desse modo, para a apreensão do serviço social na história do Rio de Janeiro.

A seguir, apresentamos o desenho da referida pesquisa

1. Considerações breves acerca da pesquisa *O Serviço Social na história: particularidades das elaborações profissionais no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro*

Quem pode separar o seu navio das ondas em que navega? Contra a correnteza e o vento só é possível avançar pequenas distâncias, diz Goethe em carta escrita a Schiller, na qual reflete sobre os aspectos revolucionários que pode conter em algumas temporalidades. Analisar o presente, além de uma das tarefas mais espinhosa e necessária aos que buscam compreender minimamente as configurações societárias do tempo em que se vive, é uma exigência aos que se confrontam intransigentemente com a barbárie. Na tentativa de compreender sua morfologia, suas complexidades e potências, é necessário depurar os traços de continuidade e os de ruptura, para evitar uma “romantização” do passado (Hobsbawm:2013) e uma supervalorização do presente, uma vez que a história não se configura como “uma cadeia singular de particularidades, sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de civilizações comuns” (Fernandes: 2005,32). Entre o saudosismo e o presenteísmo podem-se formar abismos para compreender os processos sociais que conformam a contemporaneidade, afinal se o passado atribui seu sentido a “uma continuidade coletiva de experiência” (Hobsbawm:2013,38), este lança forma ao sentido do futuro (e, por conseguinte, do presente) – cujos elementos estão além das cronologias ou etapismo – , “no qual a hegemonia de uma forma (mudança histórica) não exclui a persistência, em diferentes meios e circunstâncias, de outras formas de sentido do passado” (Idem: 42).

Nos últimos anos presencia-se na sociedade brasileira o questionamento a democracia, em suas bases aparentemente frágeis, expressadas por uma prática tão recorrente a formação social brasileira: os *golpes*. O conceito e a prática dos

ciclos permanentes de “contrarrevoluções preventivas”, destacados por Florestan Fernandes (re)atualizam-se e os desafios à parcela dos trabalhadores que pugnam pela democracia e pela justiça social são múltiplos. O recrudescimento da desigualdade, da violência, a militarização da vida social, do extermínio a juventude negra e aos moradores das periferias, da intolerância e das expressões barbarizantes de preconceitos cujas confluências e tensões entre o arcaico e o moderno se exacerbam constituem umas das determinações do contemporâneo. Certamente esses determinantes alcançam o serviço social, na defesa do projeto profissional e dos posicionamentos teóricos, éticos e político que o conformam.

Compreender que as profissões circunscrevem-se na organização econômica, ideopolítica e cultural das relações sociais, participam da reprodução social e respondem pedagogicamente a manutenção de um “conformismo autoritário” ou contribui para a construção de uma “individualidade e personalidade crítica [que] alcançam o homem-coletivo” (Gramsci: 2004), é uma premissa central para explicitação do objeto da pesquisa esboçado, qual seja, *a compreensão dos determinantes históricos que atravessam a trajetória do serviço social no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro demarcando, sob uma perspectiva de totalidade, as exigências político institucionais e as respostas profissionais; respostas estas cujas reverberação extrapolam o caráter endógeno de suas formulações, mas impactam no processamento global da profissão, em suas fronteiras operacionais, teóricas e ético-política.*

Parece consensual para as produções que refletem os aspectos históricos e teórico-metodológicos do serviço social sob a perspectiva histórico-crítica, que o seu surgimento está atrelado às contradições da sociedade burguesa, tendo na questão social sua base de justificação sócio-histórica. É na tensão entre as classes sociais que se encontram as bases materiais e ideopolíticas do serviço social e é também nos meandros da luta de classe que se configura o diálogo que esta profissão faz com os projetos societários hegemônicos. Retomando, sucintamente, traços fundamentais da profissão no Brasil, vê-se que seu surgimento e institucionalização se dão na esteira do pensamento conservador, especialmente no pensamento doutrinário da Igreja Católica, nas primeiras três décadas do século XX. A Igreja,

com seu discurso humanista objetiva, neste período, recuperar antigos privilégios e áreas de influências político-ideológicas mediante o movimento de Ação Católica que vinha sendo defendido pela Igreja, mundialmente, o qual como Gramsci, no Q20, a conceitua como “uma reação contra a intensa apostasia de amplas massas, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo”. A Igreja gravita na órbita do reconhecimento da questão social, não estabelecendo mais “o terreno e os meios da luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe é imposto pelos adversários ou pela indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários (a organização política de massas)” (Gramsci:2001, 152)

Esta perspectiva doutrinária “vai imprimir à profissão um caráter de apostolado, numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais” (Yazbek, 1999: 22), em uma conjuntura particularizada pela expansão do capitalismo e do ideário católico. A perspectiva teórica que orienta a prática profissional neste momento ancora-se numa visão naturalizada da sociedade que possibilita “tratar” o indivíduo sob o prisma do ajustamento às normas psicossociais, reforçada na matriz analítica do positivismo e da retórica humanista cristã, a qual imprime à profissão uma estrutura sincrética² derivada dos pressupostos teórico-doutrinários e do estatuto profissional a ela conferido. Esta imersão de componentes teóricos e políticos conformam o serviço social na história e tangencia de forma peculiar a solicitação desta profissão no Poder Judiciário, no processamento do estado brasileiro.

No referido rearranjo teórico doutrinário, os referenciais metodológicos de abordagem positivistas, prevaletentes até os anos 60 e 70, colocam a profissão como um dos instrumentos de garantia da hegemonia da classe dominante, reproduzindo um “conformismo social no seio da sociedade mediante funções

²“O sincretismo nos parece o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um dos princípios constitutivos do Serviço Social” (NETTO:1996,88).

pedagógicas persuasiva e coercitivas” (Abreu: 2002, 42-43). Nesse cenário, a inserção do serviço social no sistema judiciário, operada desde o processo de institucionalização da profissão, parece responder a *dois movimentos orgânicos* e vigentes a época de sua consolidação como especialidade do mundo do trabalho: a) necessidade político-conjuntural de garantia da ordem, do controle da luta dos trabalhadores e de uma moralização da questão social associada b) o fortalecimento de um estado que se formava sob uma retórica liberal, republicana, que coadunava requisições da exploração imperialista modernas com o escravismo e as heranças arcaicas que atravessam a nossa formação social, fazendo com que este se redimensione para a garantia da ordem e do progresso burguês, tendo no sistema judiciário um componente central de operacionalização da moralização da questão social.

Submersos num cenário que necessitava formar e reformar-se para construir um “consenso” hegemônico entre as frações da burguesia agrária e industrial, o serviço social é constituído como um dos aparelhos de hegemonia da classe dominante à medida que desempenha funções que objetivam atender as necessidades da classe que a contrata e legitima, sendo um instrumento de controle da classe trabalhadora, organizador da ordem e defensor de uma pretensa paz social.

Tendo como terreno firme o processamento dialético da luta de classe, podemos inferir que as elaborações profissionais se conectam ao processamento das classes sociais e perduram no serviço social até a luta pela democracia e contra o arbítrio no Brasil. A luta para eliminação das tramas coercitivas da autocracia burguesa, a instauração da democracia e de uma referencialidade de marcos políticos e legais garantidores da cidadania tensionam uma sociedade fortemente marcada por traços autoritários e coloniais, cuja modernização solicitou a manutenção de perversos ciclos de autoritarismo e atrasos nas relações sociais e na instauração da cultura política do país. O protagonismo político e social dos trabalhadores impacta o serviço social, de forma que a busca pela ruptura com o legado funcionalista e as bases tradicionais do serviço social exige, nesse período, uma redefinição teórica-metodológica negadora do *monolismo* característico da profissão e,

posteriormente, a interlocução profícua com o pensamento social crítico.

O acúmulo teórico e ético-políticos processados nessa construção em muito vincula-se as elaborações operadas pelo serviço social no âmbito sócio jurídico, numa processualidade em que as análises, lutas e interlocuções teóricas e políticas dos seus agentes, ressoam na categoria profissional, de distintas formas: no adensamento da reflexão sobre o trabalho profissional (sua natureza concreta, seu processamento, requisições e respostas), na defesa dos direitos e nas lutas sociais. Compreender esse percurso é umas das preocupações centrais dessa pesquisa.

Neste sentido, os objetivos do projeto em referência tem como escopo buscar 1) compreender o serviço social no movimento da história, demarcando o percurso histórico que a profissão construiu/ vem construindo no TJRJ e, ainda, como tais elaborações contribuem e impactam na forma de ser e processar-se ético-politicamente do serviço social; 2) apreender os determinantes históricos que atravessam a trajetória do serviço social no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro demarcando, sob uma perspectiva de totalidade, as exigências político institucionais e as respostas profissionais; respostas estas cujas reverberação extrapolam o caráter endógeno de suas formulações, mas impactam no processamento global da profissão, em suas fronteiras operacionais, teóricas e ético- política e 3) analisar/ sistematizar, mediante pesquisa documental e registro histórico, o percurso do serviço social no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: desafios, tensões e respostas profissionais.

A metodologia de coleta de dados e de análise dos resultados do estudo caracterizar-se-á em uma pesquisa qualitativa sem, entretanto, desconhecer a dimensão quantitativa dos dados. Como requisito primeiro, haverá uma pesquisa documental, com a perspectiva de compreender mediante a leitura dos processos, das normativas e dos registros profissionais que sinalizem as particularidades das elaborações profissionais processadas nas fronteiras institucionais (e além destas). Associada a estes procedimentos investigativos, afirma-se a necessidade de um levantamento bibliográfico acerca da produção que o Serviço Social vem acumulando sobre a temática e quais as tendências analíticas acerca do percurso

profissional no judiciário, de forma prioritária, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Na perspectiva de qualificar os “achados” históricos, privilegiar-se-á conversas (ou entrevistas, atribuindo uma definição instrumental) com profissionais que construíram a profissão no TJRJ, em momentos e conjunturas distintas. Tais entrevistas serão sistematizadas e balizarão a construção e referencialidades das temporalidades políticas existentes na instituição. O roteiro e todo percurso investigativo será construído com a colaboração orgânica e indispensável de um grupo de assistentes sociais do TJRJ, cuja articulação vem se processando como insumo e condição indispensável para a realização da pesquisa.

A realização da pesquisa foi dividida em seis momentos, na perspectiva de que se possibilite conhecer e avaliar como o Serviço Social estava situado em cada época, a partir da conjuntura social e política, das demandas direcionadas e das respostas oferecidas pelo profissional, assim como, a concepção acerca da profissão e de suas atribuições e competências pelos mandatários de sua ação. São esses os momentos: 1 - A gênese e as primeiras décadas da profissão; 2- SESO e a ditadura militar de 1968 / 1988; 3- SESO, a redemocratização brasileira e a consolidação do espaço profissional no TJRJ; 4 - SESO, o neoliberalismo e os desafios do sec. XXI ;5 - SESO e o cenário da Covid e as tics e 6- a percepção da magistratura sobre o serviço social. Desse modo, os pesquisadores/as estarão inseridos/as nas atividades de levantamento da produção documental e bibliográfica no Serviço Social em seu percurso histórico no âmbito que circunscreve esta pesquisa, sistematização e socialização do material levantado, participação em reuniões de estudo mensais e outras pertinentes à pesquisa.

Desvelar algumas particularidades históricas dessa contraditória relação (intencionalidades profissionais x condições objetivas) é um dos principais elementos dessa pesquisa.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social, conhecido como uma profissão de natureza primordialmente interventiva, ao alcançar sua maturidade incorporou a pesquisa como elemento constituinte de seu modo de operar. Assim, ao compreender a dimensão investigativa como componente da realização do trabalho, seja para o profissional da academia ou para aquele que está no chão da instituição no atendimento direto à população, a profissão ingressa no cenário da produção de conhecimento. Neste sentido, a pesquisa se consolida como instrumento privilegiado para que os sujeitos com ela comprometidos possam, no bojo das relações sociais de produção e reprodução, desvendar dados da realidade, seja da condição de vida da população atendida, seja das políticas públicas e das instituições em que atuam, seja da intimidade da história da própria profissão.

Neste caso, a pesquisa busca resgatar a processualidade histórica do ingresso e permanência dos assistentes sociais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de modo a compreender os contornos que sustentam esta aproximação entre o Serviço Social e uma instituição secularmente dominada por profissionais do campo do Direito.

Pesquisar e pensar o Serviço Social e sua trajetória histórica é considerar a dinamicidade de uma profissão, cujo cotidiano é construído por um coletivo de assistentes sociais que vivenciam o fazer nos espaços sócio-ocupacionais, onde se defrontam com desafios, lutas, resistências e histórias. Histórias passadas e que seguem sendo tecidas por várias mãos, alinhadas às lutas da classe trabalhadora, diante e no enfrentamento das determinações do capitalismo contemporâneo.

Referências

- ABESS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996.
- ABREU, M. M. O Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social: Fundamentos,

Formação e Trabalho Profissional” no âmbito da Abepss – Determinações, trajetória e função político-acadêmico-científica. In: GUERRA, Y. [et all]. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019. p. 149-174.

BOURGUIGNON, JUSSARA Ayres. a particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. In: *Katálisis*, v.10, 2007.

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Brasília, CFESS, 1993.

CARDOSO. F.G. A Pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. In: *Cadernos ABESS*, nº08, 1997.

COUTINHO, E.G.. *Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulino da Viola*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CEFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília, 2009. p. 702-715.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 136, set/dez. 2019

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*: Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007

NETTO, J. P. Das ameaças à crise. *Inscrita*, Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, n. 10, nov. 2007.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CEFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília, 2009. p. 668-696.

TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área do Serviço Social: A Estratégia*

dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Ano 1.Nº 1 (jan-jun). Brasília: ABEPSS, 2000.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.